

UM TESTAMENTO MATERNO EM TEMPOS FARAÔNICOS THE WILLS OF A MOTHER IN THE AGE OF THE PHARAOH

MARGARET MARCHIORI BAKOS*

Resumo

Este artigo pretende mostrar a história de um testamento, da XX dinastia, de uma mãe para os seus filhos, na Vila de Deir el Medina. Valoriza o documento, em vários aspectos, desde as circunstâncias da descoberta até o valor para o conhecimento do contexto histórico da época.

Palavras-chaves

Egito antigo, vontade materna, direito

Abstract

The wills of a mother in the age of the pharaoh.

This article intends to show the history of the wills of a mother of Deir el Medina, during the XX dynasty, intended for her children. This article highlights many points of the document: its discovery and its value for the knowledge of the historical context in ancient Egypt.

Key words

Ancient Egypt, will of a mother, law

Na historiografia sobre o antigo Egito, é freqüente a idéia de que a mulher egípcia tinha uma posição privilegiada em relação às suas contemporâneas¹. Existiria de fato alguma forma de amparo legal que fundamentasse essa opinião?²

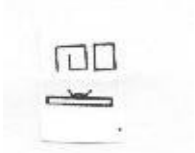
* Professora de História (PUCRS)

¹ Leia-se, por exemplo, as palavras de Noblecourt.C.D. *La femme au temps pharaons*.Paris:Stock,1986.p.237:

No Egito faraônico, a mulher age seguramente sob sua própria responsabilidade, sem o consentimento de terceiros ou, se ela é casada, de seu marido.

² Uma análise a respeito dessa questão foi feita por C.F.Cardoso. São dele as seguintes palavras: “Já é quase lugar-comum salientar que a situação jurídica das mulheres egípcias era privilegiada em comparação com a observável nas demais civilizações antigas.(...) Não há como contestar essa opinião no campo formal da expectativa de direitos e deveres. A mulher egípcia era, sem dúvida, “sui juris”. Entretanto, por um lado, vimos que já que o status e as expectativas profissionais das mulheres do antigo Egito no conjunto sofreram um decréscimo entre o III e o II milênio

As dificuldades para dar a esse questionamento uma resposta pontual são de diferentes ordens. Em primeiro plano, expõe-se a questão da linguagem. Por exemplo, na escrita hieroglífica, uma das mais antigas e belas do mundo, encontra-se a seguinte expressão:



Na transliteração para as modernas, ela pode ser lida com o som de duas consoantes *hp* e, pela tradução, passa a significar a palavra: *lei*. O entendimento desse conjunto de sinais hieroglíficos e sua conversão para uma linguagem viva se deu através de um processo complexo. Tal processo principia com o estudo de cada símbolo da expressão e implica, posteriormente, a busca do significado do conjunto de caracteres, através da análise do contexto em que se inserem. A discriminação de que os dois primeiros sinais têm um valor fonético; *hp*, e o entendimento de que o último símbolo representa um feixe de papiros enrolados e atados, sem valor fonético conhecido, e, por essa razão, com o papel determinativo do sentido do conjunto, resultam da longa história de deciframento dos hieróglifos que levou à criação de uma nova ciência: a egiptologia. O resgate, depois de séculos de silêncio, sobre o significado dos símbolos hieroglíficos e do sentido de – “lei” - para o conjunto gráfico, deixou, em seu lugar, outro enigma: a acepção do vocábulo “lei” no discurso e nas práticas sociais do Egito antigo, uma vez que o termo foi criado em outro contexto – o romano – e vem do latim *lex, legis*.

Outro obstáculo para a resposta é que os_egiptólogos, segundo explica Gay Robins , ainda têm deficiências no entendimento de como funcionava aquela sociedade.(Robins,1993:11-20) As características e a riqueza das fontes formadas por textos grafados com escritas mortas, de obscura significação³, arqueológicas, relativas à cultura material e iconográfica, estimulam questionamentos sedutores sobre usos e costumes dos antigos Egípcios, mas dificilmente proporcionam respostas

^aC, por mais ajustes e correções no quadro geral que sejam feitos. Por outro lado, diversos autores salientaram que uma coisa é a expectativa, mesmo oficialmente estabelecida e reconhecida, de igualdade jurídica; outra, a possibilidade de exercê-la”. In.: Funari, P.P. et alii (org.) *Amor, desejo e poder na antigüidade: gênero e representações do feminino*.Campinas, 2002.

³ Ver: Keller, Cathleen. *The painters of Deir el Medina in the Ramesside period*. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, University of California Berkeley, 1971. A autora relaciona pelos menos cinco problemas que dificultam sobremaneira o entendimento das relações familiares em Deir el Medina: a escassez de termos egípcios para definir os laços familiares, o erros e destruição dos textos e de murais, a tendência dos antigos egípcios para re-usar o mesmo nome de família em gerações consecutivas, a inconsistência no uso de termos para

pontuais. A despeito disso, o interesse dos egiptólogos pelas questões institucionais vem de longa data, informam Husson e Valbelle (1992). J.Pirenne publicou, de 1932 a 1935, sua *História das Instituições e do direito privado do antigo Egito*. E ele já tinha “um ilustre predecessor” - d’E. Revillout – nos finais do século passado. A tradição se mantém com as publicações de Gardiner. Através do texto *Conceito de Direito no Antigo Egito*, publicado no livro *O Legado do Antigo Egito*, Aristide Théodoridès⁴ tornou-se muito conhecido no meio acadêmico brasileiro. São de Théodoridès as seguintes palavras:

“Quando se ousa falar em "direito" no antigo Egito, tende-se a abrir o flanco a muitas críticas. Na opinião de alguma autoridade, é tolice falar em direito antes de ele ter sido elaborado pelos romanos, e esse ponto de vista, que abrange todo o antigo Oriente, aplica-se particularmente ao Egito, devido à falta de provas documentais.” (*Théodoridès, 1993:302*)

Para Husson e Valbelle (não se pode ainda dar uma idéia completa ou precisa do direito egípcio em razão da documentação de que se dispõe e do estado atual das pesquisas nesse assunto. Assim, o “estudo do direito está relativamente pouco desenvolvido se o comparamos a outras áreas da egiptologia. Ele requer, de fato, numerosas competências, ou uma estreita colaboração entre juristas, filólogos e historiadores das épocas faraônicas, gregas e romanas, (...) nem sempre fácil de ser conseguida” (Husson; Valbelle, 1992:121). A partir dessa premissa, as autoras sintetizam, em recente publicação, alguns aspectos referentes a leis, jurisprudências e costumes, no Egito antigo. Elas advertem que, do Egito antigo, não se possui nada comparável, em riqueza e antigüidade, aos vestígios que informam aos assiriólogos sobre a mesma matéria.

Este texto tem um fito bem específico: a análise do contexto e da atitude sábia, nas palavras de Gay Robins, de uma mulher, da XX Dinastia, ao decidir em vida, com o testemunho do marido e dos filhos, sobre os destinos que desejava dar aos seus bens pessoais, à guisa de prevenção de futuras disputas (Robins, 1993: 132). Como esse fato veio à tona?

falecimento e as convenções artísticas egípcias de representar, de forma semelhante, as pessoas (vivas ou mortas) Bakos, M.M. *Relações familiares em Deir el Medina, Phoenix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996pp.153-156.

⁴ Para uma análise da postura de Pirenne e Théodoridès, seu discípulo, ver; Cardoso, C.F. *Uma interpretação das estruturas econômicas do Egito Faraônico*. Tese submetida como parte dos requisitos do Concurso para Professor Titular de História Antiga no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987, pp.4-10

O episódio só pode ser entendido através da compreensão de sua história, cujo resgate Husson e Valbelle (1992) valorizam com o mesmo entusiasmo com que apontam as pesquisas sobre as questões institucionais. Elas destacam, ainda, o esforço pioneiro de J. Cerny (1945), na busca dos vestígios de Vila de Deir el Medina, lugar de origem dessa fonte. As autoras evidenciam como esse egiptólogo genial, através de fatigantes jornadas de trabalho e de decifrações de ostracas⁵ e de papiros, deu à luz aspectos inusitados das vivências cotidianas dos habitantes daquele lugar e “trouxe esses homens e mulheres muito mais perto de nós que outros membros importantes da sociedade egípcia”. Entre outros fatos, Cerny (1945) descobriu, em suas pesquisas, a história do contexto onde viveu Naunakhte, mulher, cujas decisões, tomadas na velhice, ficaram mundialmente notórias, e atestam as condições decisórias de uma mãe, naqueles tempos distantes.⁶

Essa mulher - chamava-se Naunakhte - escolheu, entre os oito filhos, a quem premiar com a herança de seus pertences. Esse é um dos fatos citados na historiografia como exemplo do papel importante e valorizado da fêmea naquela sociedade, conforme referido inicialmente. O papiro que contém o testamento é oriundo, como mencionado, da Vila de Deir el Medina, um lugarejo de história muito peculiar, no Egito antigo, criado para abrigar os trabalhadores e os escribas empregados na decoração das Tumbas Reais de Tebas e dos membros de suas famílias.⁷

Tutmés I (1508-1496 a .C), o terceiro faraó da XVIII dinastia, foi o provável fundador dessa povoação, criada em cerca de 1540 aC, para abrigar os trabalhadores das necrópoles tebanas e suas famílias. Deir el Medina situa-se no alto Egito: em um pequeno e estreito vale, à margem esquerda do Nilo, em frente à cidade de Tebas, a qual se desenvolveu na margem direita do rio, na área compreendida entre os dois santuários de Karnak, ao norte, e Luxor, ao sul, distantes um do outro aproximadamente 4 km.

Deir el Medina durou cerca de 450 anos, período que abarca a XVIII, a XIX e a XX dinastia. Do período de Ramsés III (1188-1157 aC), no início da XX dinastia, cerca de 1198 a .C, resta um censo, o qual revelou a presença de 120 lares e de cerca de 1200 habitantes na vila. O período de maior prosperidade do vilarejo foi durante a XIX dinastia. A partir daí, a vila foi sendo

⁵ Para desenhar ou escrever sem fazer gastos, os antigos egípcios juntavam as lascas de pedra calcária no sopé das rochas ou recuperavam os cacos de terra cozida nos montes de lixo. Ostracas, em grego, significam concha, caco.

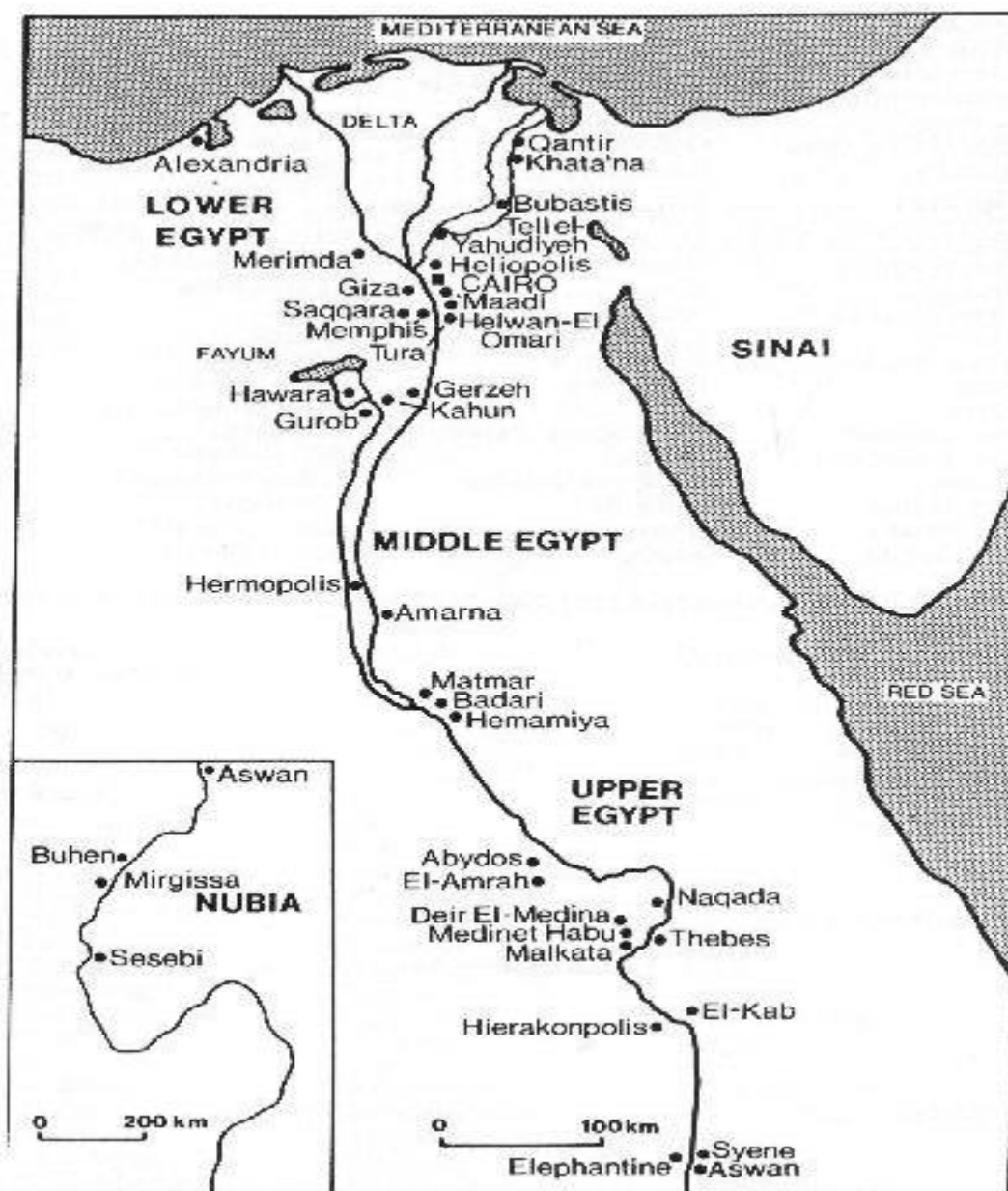
⁶ Cerny, Jaroslav. The will of Naunakhte and the related documents. *Journal of Egyptian Archaeology*, Londres, 31: 29-53, 1945. Há quatro cópias deste documento. Duas foram encontradas pelas escavações do Instituto Francês em Deir el Medina, em 1928 e as outras apareceram no mercado alguns anos depois e foram adquiridas por Gardiner que as colocou à disposição de Cerny.

⁷ Algumas das idéias neste texto estão desenvolvidas em capítulo de minha autoria. In: Funari, P.P. op.cit. 2002

paulatinamente abandonada, devido à situação de instabilidade criada pelo enfraquecimento do poder faraônico.

Já nos inícios do reinado de Ramsés III, na dinastia seguinte, eram visíveis os sinais de decadência, indicada especialmente pelas questões de segurança, carestia e escassez dos cereais. A vila de Deir el Medina foi abandonada por seus habitantes no reino de Ramsés XI (1069-1063 a .C), face aos inumeráveis ataques dos líbios e das guerras civis, geradas em torno das sucessões faraônicas, que tornaram perigoso viver na área tebana.

Fonte: UPHILL,E. *Egyptian Towns and Cities*, London: Shire Publications Ltd, 1988.p.68



O vale foi reocupado durante o período ptolomaico, por ocasião da construção de um templo dedicado à deusa Hathor e à Maat, por Ptolomeu IV (225-205 a .C.), sobre as ruínas de templos antigos. Com a chegada do cristianismo ao Egito, o templo de Hathor foi convertido em uma Igreja, e um Mosteiro se elevou no sítio, provavelmente dedicado a Santo Isidoro, o mártir. Foi daí que veio a nomenclatura atual do local: Deir el Medina, em árabe, “O Mosteiro da Vila”.

O primeiro objeto, cuja procedência de Deir el Medina foi identificada, apareceu em finais do século XVIII. A situação política modificada radicalmente em 1798, quando Napoleão Bonaparte invadiu o Egito, propiciou a ida de europeus a esse país, o desenvolvimento dos estudos sobre aquela civilização na antigüidade, a descoberta do significado da escrita hieroglífica e, finalmente, uma verdadeira egiptomania no mundo ocidental, inclusive no Brasil.

Entre os anos de 1811 e 1815, o sítio de Deir el Medina foi descoberto e sua exploração iniciada. O primeiro trabalho arqueológico, em grande escala, foi feito por Ernesto Schiaparelli, seguido por Nicolau Drovetti.

Os trabalhos mais recentes em Deir el Medina foram feitos pelo Instituto Francês de Arqueologia Oriental, cujo início remonta a 1917, sob a direção de Bernard Bruyère (1879-1951). Em 1925, juntou-se a essa equipe o filólogo, de origem tcheca, Jaroslav Cerny que, a partir de então, dedicou sua vida ao estudo da comunidade de trabalhadores de Deir el Medina. Graças principalmente ao empenho de Cerny, Deir el Medina é atualmente um dos sítios arqueológicos do Egito antigo mais conhecido e apresenta um dos conjunto mais ricos de registros minuciosos da vida privada, em época tão longínqua.

A comunidade de Deir el Medina possuía a sua própria corte de justiça, conhecida pelo nome de *kenbet*, com a incumbência de resolver as diferenças entre os seus membros. O tribunal era composto por funcionários, contramestres, escribas e trabalhadores comuns que podiam ser chamados a cooperar por questão de antigüidade ou pelo respeito que inspiravam. As sessões se desenvolviam provavelmente nos dias de repouso dos trabalhadores ou, em certos casos, à noite.⁸ A corte estava habilitada a decidir sobre controvérsias civis e a se pronunciar sobre as criminais. Os casos mais graves, nessa instância, como injúrias capitais, eram levados à corte do vizir em Tebas. A corte tinha ainda a função notarial de registro das divisões de propriedades. É pouco provável que

⁸ No período dos Ramsés, a multiplicação dos documentos jurídicos conservados dão uma imagem mais viva dos tribunais que nos períodos anteriores. Há toda uma sorte de instâncias judiciais simultâneas ao longo do vale do Nilo, adaptadas cada contexto e às circunstâncias. Husson e Valbelle, op cit.p.128

ela arquivasse essas averbações e suas decisões judiciais. Os processos provavelmente deveriam ser conservados pelas partes interessadas que os apresentariam em caso de necessidade.

A vontade de Naunakhete, inicia com a data de sua redação: ano 3, quarto mês da Estação da Inundação, de Sua Majestade o Rei do Alto e Baixo Egito, o Senhor das Duas Terras, Ramsés V, (1151-1138 aC)⁹, a quem na saudação inicial é desejada vida eterna. Depois, feita pela cidadã, segue-se a exposição do texto que trata das disposições sobre o destino a ser dado às propriedades, perante uma corte composta por 14 homens. Era uma corte pequena, explica Cerny (1945), talvez devido ao caráter particular do assunto. Todos os membros são citados nominalmente e discriminadas as respectivas atividades que exercem. O discurso informa, assim, sobre a possibilidade de participação no tribunal de todas as categorias de trabalhadores de Deir el Medina, desde escribas, desenhistas, funcionários até operários não especializados.¹⁰

A fala apresentada, no tribunal, enuncia a posição social de Naunakhete e é expressa de forma objetiva:

“Eu sou uma mulher livre da terra do Faraó. Eu criei oito servos seus, dei-lhes vestimentas e toda sorte de coisas que são normalmente feitas para pessoas de sua posição social. Mas olhe, eu envelheci, e olhe, eles não estão cuidando de mim na minha vez. Quem deles tenha me ajudado, a ele eu darei meus bens, mas quem não tem me dado nada, para ele eu não darei meus bens.”

A seguir, Naunakhte indica para herdeiros três filhos homens, nomeados como trabalhadores simplesmente. A um deles ela diz que dará um prêmio especial: uma tigela de bronze. Ela também aponta uma filha, a quem dará alguns pertences. Mais adiante, Naunakhte elabora uma nova lista onde constam os nomes dos quatro filhos restantes, nomeados como um trabalhador e três cidadãs que não vão participar da divisão de 1/3 de seus bens pessoais e, apenas, dos 2/3 do pai deles.¹¹

Como essa liberdade de escolha de Naunakhte foi socialmente construída? Esse evento só se tornou compreensível porque foi encontrado, junto às declarações de Naunakhte, um registro que

⁹ Acredita-se que ele tenha sido o segundo sucessor de Ramessés III e tenha reinado apenas cerca de 4 anos. Sua memória não foi respeitada pelo seu sucessor – Ramessés VI – que usurpou sua tumba no Vale dos Reis e apagou o seu nome de todos os lugares.

¹⁰ *O tribunal da Tumba* era constituído pelos superiores da Tumba – os chefes de Equipe e os escribas – que escolhiam os jurados caso por caso. Esses responsáveis não eram nem governantes nem sacerdotes, mas eram aparentemente considerados como uma autoridade competente no quadro estrito da Tumba. Husson e Valbelle, op. cit., p. 128

¹¹ Nessa época, se os casais decidiam formar um pecúlio comum, o marido contribuía com 2/3 e a mulher com 1/3. Cerny considera surpreendente que Khaemun, aparentemente um homem pobre, tenha conseguido os dois 2/3 necessários para a união com Naunakhete. Cerny, op.cit.p.50

evidencia uma querela familiar em torno dessas vontades, a revelar o grau de insatisfação provocado junto aos familiares.

As vontades são contestadas mas, na data do ano 4, do terceiro mês da inundação, dia 17, o trabalhador Khaemnun e seus filhos se apresentaram à corte dizendo:

“ Assim como escreveu a cidadã Naunakhte com relação aos seus bens, assim deve ser executado exatamente como ela desejou. O trabalhador Neferhotp não vai participar nele. Ele fez um juramento para o Senhor dizendo que, se ele reverter seu compromisso e contestar novamente, então ele será sujeito a receber 100 chibatadas e a ser privado de suas propriedades.”

Dois coisas chamam a atenção no documento. A primeira refere-se às testemunhas do fato: o trabalhador Khew, o chefe dos trabalhadores Nekhemmut, o Escriba da Tumba Harshire, o funcionário do distrito Ra'amose e Pentwere, filho de Nakhtmim, autoridades local e regionalmente muito expressivas. A segunda é quanto à dupla penalidade prevista, a evidenciar o jogo de poderes presentes nas relações familiares. A pena aparece em outras circunstâncias como aquela vivenciada na mesma vila, na seguinte trama: um pai exige que o trabalhador, que pretende casar com sua filha, faça um juramento de que não irá abandoná-la, sob pena de sofrer uma centena de chicotadas e de perder tudo que adquiriu com ela.

A partir do comprometimento do marido e dos descendentes de Naunakhte de deter as atitudes contestatórias do filho - o trabalhador Neferhotp - e depois de uma investigação minuciosa, Cerny terminou por entender como o acontecimento emergiu, naquele contexto. Ele verificou que Naunakhte fora casada duas vezes e que os filhos nomeados no testamento não eram do escriba Kenhikhopshef, o primeiro marido. Eles tinham nascido da união com o trabalhador Khaemmun, o segundo esposo. Uma vez entendida a questão da paternidade, ficou esclarecida a situação. Como a maior parte dos bens de que Naunakhte dispunha adviera-lhe da morte do marido escriba, ela o repassava apenas aos filhos que a agraciaram com carinho, trabalho e comida. Aos demais, ela dispensara um tratamento severo, com o corte de benefícios materiais e a ausência de indulgência. Essa decisão afeta Khaemnun e alguns dos filhos, fato que gerou descontentamento e tentativa de reverter o desejo expresso por Naunakhte.

Conforme Cerny (1945), uma cópia do papiro de Naunakhte foi encontrada juntamente com outro que continha um texto literário, conhecido como as Máximas de Ani. E essa é uma informação

que pode ser historicamente valorizada. O texto do Papiro de Ani faz parte do gênero literário usualmente denominado de “Instruções de Sabedoria”¹². Inúmeros egiptólogos têm dedicado suas vidas à decifração desses textos, cujos conteúdos, traduzidos para diferentes línguas, informam sobre práticas e valores dos antigos egípcios e revelam, por outras fontes, detalhes inimagináveis, sobre o cotidiano daquelas pessoas. O título egípcio “instruções” sugere que esses textos tenham constituído trabalhos didáticos compostos de máximas e de preceitos.

É interessante e pertinente, para os fins deste texto, somar às informações das Vontades de Naunakhete sobre a participação da mulher nas disposições referentes a bens e partilhas, a textos de cunho literário¹³ que, se não ajudam a encontrar a opinião da mulher, pelo menos apontam o lado feminino certamente presente na formação das relações de gênero no período.

As instruções de Any foram compostas no Novo Reino, muito possivelmente no decorrer da XVIII Dinastia. Nesse texto, as instruções apresentam duas características peculiares, que as diferenciam das instruções dos outros períodos. A primeira peculiaridade é que o autor se apresenta como “um homem comum”, fazendo-se entender e agradando aos que têm apenas algumas posses e uma educação mediana; a segunda, ao agradecer humildemente a lição recebida, como ocorria nas instruções anteriores, faz objeção não apenas ao sentido, mas também às possibilidades pessoais de obedecer ao que lhe foi ensinado. Dessa forma, o autor introduziu uma nova dimensão de interpretação às instruções: o pensamento de que o impacto da instrução poderia fracassar, pois a capacidade de educar tem os seus limites (Lichteim, 1976:135).

O texto refere-se, muitas vezes, a relações entre homens e mulheres, para cujo sucesso Ptahotep faz quatro recomendações básicas:

Primeira:

Tome uma mulher enquanto você é jovem,

Que ela faça um filho para você;

¹² Uma das características mais marcantes dos escritos desse gênero é que eles expressavam um pensamento tão dirigido e rígido, como se tivessem sido criados dentro de uma moldura. Nesse sentido, tais textos manifestavam uma noção de sociedade regrada e perfeitamente organizada. Por veicularem essa idéia, certamente cooperaram e muito, para institucionalizar máximas estruturalmente constitutivas do processo formativo da cosmovisão do antigo Egito. Entre elas, destaca-se a que afirma que: Assim como deus sol nunca falhou no seu círculo diário, assim o rei divino garantiu a ordem humana. Tal idéia, e outras contidas em máximas semelhantes, foram unificadas nesses trabalhos narrativos, nos quais alguém mais experiente orienta um jovem.

¹³ Ver: Cardoso, C.F. Tinham os antigos uma literatura? In. *Phoenix*, Rio de Janeiro, 5:99-120, 1999. E Andrade, M. M. Os “usos” do feminino. Ou da participação da mulher na pólis dos atenienses no período clássico. *Phoenix*, Rio de Janeiro, 4:394, 1998.

Ela deve tolerar você enquanto você é jovem

Feliz é o homem que tem muitas pessoas.

Ele é saudado conforme sua prole.

Segunda:

Cuidado com uma mulher que é uma estranha,

Alguém não conhecida na sua cidade;

Não a fixe quando ela passa,

Não a conheça carnalmente,

Águas profundas cujo curso é desconhecido,

Assim é uma mulher longe de seu marido.

"Eu sou bela" ela lhe diz diariamente,

Quando ela não tem testemunha;

Ela está pronta para engodar você,

Um crime mortalmente grande quando isto é ouvido...

Terceira:

Retribua em dobro a comida que sua mãe lhe deu

Sustente-a como ela sustentou você;

Ela teve em você um fardo pesado, mas ela não o

Abandonou.

Quando alguns meses depois de você ter nascido,

Ela ainda o tinha como sua canga.

Seus seios em sua boca por três anos.

Como você crescia seu excremento ficava nojento,

Mas ela não se enojava, dizendo: " O que podemos fazer?"

Quando ela mandou você à escola,

E você foi ensinado a ler e a escrever,

Ela ficou vigiando você diariamente,

Com pão e cerveja na sua casa.

Quando você como um jovem tomar uma mulher.

E você se estabeleceu na sua casa,

Preste atenção no seu produto,

Faça-o crescer como fez sua mãe.

Não lhe dê motivo para amaldiçoá-lo

Para que ela não tenha que levantar suas mãos para

Deus

E ela tenha que a ouvir chorar

Quarta e última:

Não controle sua mulher na sua casa,

Quando você sabe que ela é eficiente:

Nunca diga para ela: "Onde está isto? Pegue-o!"

Quando ela o tinha colocado no lugar certo.

Deixe seus olhos observar em silêncio

Então você reconhece sua habilidade;

É alegria quando sua mão está com ela,

Há muitos que não conhecem isto,

Se um homem desiste de lutar em casa,

Ele não encontrará o seu começo,

Todo o homem que funda uma família

Deve deixar para traz o coração impetuoso,

Não ir atrás de uma mulher,

Não deixá-la roubar seu coração.

Epílogo:

O filho acha difícil seguir tantos conselhos.

(Lichteim, 1976: 145)

Em síntese, as Instruções fortalecem a visão da mulher como companheira do homem, geradora de vida e principalmente como mãe protetora, responsável pelo crescimento saudável da prole. Não fica esquecido, nesse gênero literário, o lado malicioso e maldoso da figura feminina, embora na base permaneça enaltecida a sua posição na casa, onde deve ter o comando e o respeito de todos os familiares. Isso, segundo, Gay Robins, relaciona-se com a visão egípcia da natureza humana, em que as mulheres eram vistas por um lado bom e outro mau. Elas eram honradas se iam ao encontro dos padrões da sociedade, mas havia sempre o perigo de que rompessem as regras e, nesse caso, seriam humilhadas e condenadas.

Nas Instruções de Ani a mulher aparece no espaço do seu microcosmo – a casa - à semelhança do sol no firmamento e do Faraó na Terra, com a responsabilidade do ciclo vital,

geradora de novos seres humanos. Ela desempenha, no dia-a-dia, uma função tão expressiva quanto a do sol que marca as estações do ano. Entretanto, como adverte Robins, falar “sobre as mulheres como se fossem um grupo homogêneo é induzir ao erro”. A egiptóloga explica que, naquela sociedade hierárquica, metade da população era feminina. Assim, as mulheres também eram alinhadas de acordo com sua posição social. A autora conclui que certamente as fêmeas da família real, da elite dos escribas, dos profissionais menores e dos camponeses teriam muito pouco em comum, em bens, tratamento e valores, exceto a capacidade de gerar filhos.

A vontade de Naunakhte e o texto de Any apresentam um exemplo de punição exemplar, quando uma mulher não é valorizada, na condição materna, pelos seus filhos.. No testamento, ele não tem lugar na partilha; nas Instruções, pode sofrer a perda do amor materno. É questionável se não seria essa mensagem que esclareceria a existência do primeiro texto, em suas várias cópias junto das Instruções de Any. Nesse caso, os textos poderiam ter sido usados para cópia e memorização dos escribas, ao longo do percurso de formação profissional, que era baseado no exercício repetitivo para fixação de aprendizagem.¹⁴

Todo o esforço, de um modo geral, era gratificado, uma vez que o escriba se tornava um profissional poderoso e influente, fato que incentivou a prática de tornar a atividade hereditária. Ele poderia ser considerado o mais acabado "produto" da pedagogia egípcia, o continuador de seus métodos, e o principal responsável pela perpetuação dos seus valores, ao longo do tempo, no contexto da história egípcia.

O testamento de Naunakhte, nas palavras de Cerny (1945), segue o “modelo dos documentos legítimos egípcios”: consiste de um depoimento oral feito por um grupo perante uma corte e/ou testemunhos, e escritos por um escriba profissional. Assim, explica Cerny (1945), o que dá validade ao documento não é apenas a palavra escrita e, sim, todo o “evento narrado e grafado em um papiro

¹⁴ Impõe-se, aqui, uma digressão sobre como se complicou, ao longo do tempo, o aprendizado da escrita, fundamental para a formação de um escriba. O processo, como se sabe, desde as primeiras dinastias já era longo, penoso e complexo, à medida que eles precisavam aprender, além da hieroglífica, a escrita hierática, uma forma cursiva de grafar aqueles signos, empregada para a redação em papiros. Os gregos denominaram-na de escrita dos sacerdotes, porque era muito usada para textos de cunho religioso. A diferença entre elas pode ser comparada à existente entre a nossa escrita à máquina e o texto manuscrito. Em cerca de 700 a.C., foi criado um terceiro tipo de escrita, a partir da hierática: a demótica, através de novas ligações e símbolos. O aprendizado da grafia no antigo Egito complicou-se ainda mais quando, a partir de 332 a.C., com a conquista do Egito por Alexandre da Macedônia, a língua grega foi sendo imposta na região. Os egípcios continuaram a falar sua própria língua, mas cada vez menos, porque toda a atividade administrativa e pública passou a ser falada e grafada em caracteres gregos. Conforme se passaram os séculos e as gerações, a antiga língua egípcia sofreu modificações. Os falantes, para facilitar o registro lingüístico, adotaram o alfabeto grego e sete caracteres da escrita demótica, criando, então, sua quarta escrita e uma nova linguagem: a cóptica.

ou ostraca”. Em seus comentários sobre os papiros, Cerny (1945) informa que se trata de um tipo de documento de excepcional originalidade, porque há somente dois outros testamentos, além deste, datado do Novo Reino.

O caso de Naunakhte também é importante, porque mulheres são raramente mencionadas em ostracas e papiros da necrópolis. A maioria desses textos trata do trabalho dos artesãos e dos suprimentos, assuntos extrafamiliares (Janssen,1997:55).

Sobre a posição da mulher na Vila de Deir el Medina, é possível, pondera Tyldesley (1994), que, nesse local, com alta taxa de concentração de pessoas educadas como desenhistas, escultores e artistas com suas famílias, o grau de escolaridade fosse maior do que nas comunidades dedicadas à agricultura onde raros seriam os camponeses, homens e mulheres, com capacidade para ler e escrever. Poucas mulheres, entretanto, que recebiam uma educação primária seriam capazes de seguir carreiras profissionais. Isso não significa, explica a autora, que não ocupassem postos influentes. Tal informação deixa margem a se pensar que Naunakhte possa ter gozado de uma situação privilegiada na comunidade, embora não tivesse necessidade de trabalhar para ganhos pessoais, o que lhe facilitaria o acesso à corte para fins pessoais.

Uma consideração final sobre os desdobramentos da vontade de Naunakhte se impõe e versa sobre sua auto-apresentação – “uma mulher livre que dispõe de seus pertences”. É importante chamar a atenção para o grau de força e de singularidade desse discurso naquela sociedade. Nesse sentido, dá-se importância aos referenciais do contexto da produção do discurso que situam as condições específicas de Naunakhte. Ela é viúva de um homem importante, de Deir el Medina, uma comunidade muito pequena, onde todos se conhecem. Essa situação, segundo Cerny (1945) , foi um dos motivos que dificultou o entendimento do fato, pois a condição de viúva de um homem importante, Naunakhte, talvez, por ser conhecida da corte, não foi explicitada nesse documento e, sim, foi entendida por outros que, felizmente esclareceram a sua condição de ditar as vontades.¹⁵ Entende-se, assim, que as relações familiares daquelas pessoas tinham uma importância muito grande, como referencial de status, principalmente quando isso significava um envolvimento com a hereditariedade de funções básicas para o grupo, caso dos escribas, o que conduzia a uma posição social privilegiada também em nível econômico.

¹⁵ Cerny (1945) informa que somente foi possível o entendimento do papiro com as vontades de Naunakhte após a consulta a dois documentos de diferentes características: uma estela funerária e a inscrição no fim do Livro dos Sonhos.

Finalmente, este texto que iniciou com a referência ao grande enigma decifrado - a escrita hieroglífica e a leitura dos textos originais da época - finaliza com a indicação dos inúmeros aspectos que estão a merecer mais estudos na história dos antigos Egípcios, a partir do resgate dessa fonte. Neste caso específico, eles se relacionam com a compreensão da gênese e do tipo de amparo que deu a Naunakhte a condição de tomar, na sua comunidade, onde era conhecida de todos, decisões próprias e pessoais. O artigo discrimina, como feito relevante, a sua situação de viúva de um escriba importante. Refere ainda a importância do achado do texto das Instruções de Any, junto com o testamento, porque refere os valores veiculados à época, que enaltecem a figura materna. Aponta ainda outra questão, persistente: as possibilidades de generalização dessa atitude, tomada em Deir el Medina, para outras mulheres, viúvas, nos demais vilarejos e cidades do Egito. Pelo exposto, concorda-se com Yaroslav Cerny (1945), quando ele afirma que ainda há muito de obscuro nas questões de testamentos no antigo Egito, o que somente poderá ser esclarecido com novas descobertas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Marta M. Os "usos" do feminino. Ou da participação da mulher na pólis dos atenienses no período clássico. *Phoïnix*, Rio de Janeiro, 4:389-401, 1998.
- BAKOS, M. Relações familiares em Deir el Medina, *Phoïnix*, Rio de Janeiro, Ano I pp.153-169,1995.
- _____. *Fatos e mitos do Antigo Egito*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2001.
- _____. *O que são os hieroglifos*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. & BARRIOS, A. *O povo da esfinge*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1999.
- _____. et al. *Origens do Ensino*. Porto Alegre: EDIPUC, 2000.
- BIERBRIER, M. *La confrérie des bâtisseurs de pharaon*. Paris: Éditions du Rocher, 1982
- CARDOSO, C. Tinham os antigos uma literatura. *Phoïnix*, Rio de Janeiro, 5:99-120, 1999.
- _____. Uma interpretação das estruturas econômicas do Egito Faraônico. Tese submetida como parte dos requisitos do Concurso para Professor Titular de História Antiga no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- CERNY, Y. The Will of Naunakhte and the related documents. *Journal of Egyptian Archaeology*, Londres, 31:29-35, 1945.
- FUNARI, P.P. Feitosa, L.C. e .Silva, G.J. *Relações de Gênero na Antigüidade*. Campinas: 2002.
- HUSSON, G.; VALBELLE, D. *L'état et les Institutions em Égypte des premiers pharaons aux empereurs romains*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1992.
- GARDINER, *Egyptian Grammar* Oxford: Griffith Institute, 1982
- JANSEN, J. *Village Varia*. Leiden: Nederlands Institut Het Nabije Oosten, 1997.
- LESKO, B. *The remarkable women of Ancient Egypt*. Warwick: Wolf Lithograph, 1987.

- LEVI, G. Les usages de les biographies. *Annales ESC*, Novembre-décembre, 1989, pp.1325-1336.
- LICHTHEIM, M. *Ancient Egyptian Literature*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- .NOBLECOURT, C.D. *La femme au temps des pharaons*. Paris: Stock, 1986. p.237:
- THÉODORIDÈS, A.O . Conceito de Direito no Antigo Egito. In: HARRIS, J.R. *O legado do Egito*, Rio de Janeiro. Imago, 1993.
- TYLDESLEY, J. *Daughters of Isis*. London: Penguin, 1994.
- UPHILL, E. *Egyptian Towns and Cities*, London: Shire Publications Ltd, 1988.
- WATTERSON, B. *Women in ancient Egypt*. New York: St. Martin Press, 1991.